

Resumo executivo da última reunião do Pleno do Conjuve, realizada nos dias 9 e 10/11, em Fortaleza (CE).

O pleno do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), formado por integrantes do governo e da sociedade civil, se reuniu em Fortaleza (CE) para a última reunião anual do órgão. Durante os dias 9 e 10/11, os conselheiros fizeram um balanço das ações realizadas em 2009 e traçaram as metas para o próximo ano. O destaque do encontro foi o debate realizado sobre o Estatuto da Juventude com o deputado federal, Paulo Lustosa (PMDB/CE), primeiro vice-presidente da comissão que trata do Estatuto na Câmara dos Deputados, o senador Inácio Arruda (PCdoB/CE) e os conselheiros e conselheiras presentes.

Desenvolvimento:

O presidente do Conselho Nacional de Juventude, David Barros abriu os trabalhos, na manhã do dia 09/11, na sede do Cuca (Centro Urbano de Cultura, Ciência, Arte e Esporte) equipamento da prefeitura Municipal de Fortaleza, com uma saudação a todos os participantes. Ele agradeceu a participação da Coordenadoria Especial de Juventude e do Conselho Municipal de Juventude da cidade de Fortaleza e registrou a presença dos assessores, Eudes Xavier e Raquel Marques e representantes do deputado Chico Lopes. O Secretário de Esporte de Fortaleza, professor Evaldo Lima após ter a concessão da palavra, saudou, em nome da Prefeita Luizianne de Oliveira Lins, aos presentes e apresentou de forma resumida algumas das ações destinadas à juventude, como exemplo destacou o CUCA e as diversas atividades ali existentes .

O presidente do Conjuve, David Barros explicou que esta é a última reunião do Conselho Nacional de Juventude e ressaltou que esta foi a gestão que realizou a Conferência Nacional de Juventude, considerada a maior conferência do governo federal e que fortaleceu o diálogo da Secretaria Nacional de Juventude com os estados e municípios.

David Barros finalizou a sua saudação ao dizer da alegria de a última reunião do Conselho acontecer em Fortaleza, sua terra natal. Ele ressaltou que o Conjuve na defesa do direito da juventude espelha sua política hoje em dia para todos os municípios, estados e para toda a América Latina.

Após, o discurso de saudação, o presidente Barros convidou os presentes para conhecer o Cuca com o acompanhamento dos responsáveis.

Apresentação do Relatório sobre o Estatuto da Juventude

O deputado federal, Paulo Henrique Lustosa (PMDB/CE), apresentou uma versão preliminar do relatório que trata do Estatuto da Juventude (projeto de lei 4520/2004) documento apresentado pela deputada federal, Manuela D'Ávila (PCdoB/RS).

Ele explicou que o “Estatuto da Juventude” é um dos tripés do chamado Marco Legal da juventude, formado ainda pelo PEC da Juventude e pelo Plano Nacional da Juventude.

Ele explicou os trâmites do projeto no Congresso Nacional, que precisa ser votado em plenário na Câmara e também devem ser todas emendas de plenário, e não na comissão especial. Informou que a relatora indicou que o relatório preliminar agregará as contribuições do conjuve como se fossem emendas, mas de modo informal, formalmente elas não serão emendas.

Segundo ele, o projeto vem agora como um substitutivo que possui dois grandes eixos: o primeiro trata dos direitos da juventude e as políticas públicas para a juventude; o segundo é a constituição da Rede e o Sistema Nacional de Juventude, que vem organizar o Estado para viabilizar e dar vazão concreta a estes direitos, descritos no primeiro eixo.

Ele explicou que o projeto preliminar é de 2004 e, portanto, é diferente do substitutivo que é praticamente um novo projeto de lei, tamanha a atualização sofrida por ele.

Entre os destaques, o projeto definiu a faixa dos 15 aos 29, como três categorias de jovens: o jovem adolescente que vai dos 15 aos 18 anos de idade; o jovem-jovem, que vai dos 19 aos 24; e o jovem adulto, que vai dos 25 aos 29 anos. Assim, o Estatuto estabeleceu várias categorias de direitos, com forte ênfase na participação da juventude na gestão das PPJ, que acaba por ser uma marca deste documento.

O deputado disse que a organização do aparelho do Estado cria uma rede que inclui, desde as próprias organizações estatais, as organizações de direitos civis, as organizações de direitos privados e até as organizações que defendem os indivíduos. Ainda que seja ampla, do ponto de vista dos atores, a rede mantém seu caráter sistêmico.

Entretanto, segundo ele, o fundamental continua a ser o que deve vir primeiro e o que já é conhecido, que são os conselhos e os órgãos gestores de execução de PPJ. Ele destacou por fim que uma criação importante do Estatuto foi o Fundo de Recursos para PPJ, cujo documento já foi apresentado e esta sendo aperfeiçoado

O deputado finalizou sua fala que o desafio que se apresenta é transformar todos os desejos que orientam a articulação da juventude pelas PPJ em projeto de lei, que do ponto de vista formal é um trabalho delicado.

Também presente na mesa, o senador Inácio Arruda (PCdoB/CE) cumprimentou a todos os conselheiros e deu as boas vindas ao estado cearense. Ele declarou que tem se empenhado bastante para buscar a consolidação das políticas de juventude, mas com anseios maiores, com um projeto de desenvolvimento de todo o país e de integração sul-americana.

Ele identificou a juventude latino americana com a de todo o Brasil. Segundo ele, as juventudes têm buscado esta integração. No seu entender existe muito no que se avançar, uma vez que, a juventude está desorganizada.

Ele citou como exemplo, que ao lado do Cuca existe uma fábrica com 70% de mulheres jovens e estas não se vêem como jovens e seus dilemas estão deslocados do nosso debate. O senador acrescentou que há reivindicações da União Brasileira de Estudantes Secundaristas e da União Nacional de Estudantes pedindo uma emenda constitucional pelo direito a moradia da juventude no escopo do programa Minha Casa, Minha Vida, que mostra que a moradia é um anseio de todas as classes e esse direito está na constituição. E a PEC da juventude abre espaço para muitas políticas a exemplo da PEC da moradia.

Após a fala do senador, o presidente do Conjuve, David Barros anunciou a presença de representantes dos vereadores cearense Ronivaldo Maia e Guilherme Sampaio e abriu a palavra para os conselheiros debaterem o Estatuto da Juventude.

Debate

A conselheira Solisângela Rocha dos Montes (MCT), da Comissão de Acompanhamento do Parlamento, relatou que está muito surpresa com o desempenho da atual gestão da presidência do Conselho e que esta tem colhido muitos resultados positivos. Ela fez também o reconhecimento dos esforços do vice-presidente do Conjuve, Danilo Moreira no fortalecimento do trabalho da Comissão, mesmo não sendo membro.

Sol pediu também que fosse registrado que a postura da relatora tem sido pública, ampla, democrática e leal à juventude brasileira. Sol disse que o novo mecanismo, o Fundo Nacional de Juventude, é um avanço, desde que gerido pelo Governo Federal, assim como o é o Sistema Nacional de Juventude.

Ela disse que o colégio de líderes tem de pôr na pauta a PEC da Juventude, não apenas para que entre na pauta, mas para que seja finalmente votada. Segundo ela, já está ficando tarde esta aprovação.

A conselheira Fabiana Costa (CMJ), da Comissão de Acompanhamento do Parlamento, reforçou a meta para esta gestão do Conjuve que é a consolidação dos marcos legais da juventude. Ela indagou sobre quais seriam os principais direitos da juventude e quais as diferenças e complementariedades ENTRE Estatue Plano Nacional de Juventude.

Segundo ela, o tempo para a aprovação do Estatuto da Juventude ainda neste ano é exíguo, sobretudo se passar de dezembro, dificilmente qualquer coisa na estatura e complexibilidade do Estatuto entrará na pauta. A mesma preocupação é estendida e exigida para a PEC e pelas mesmas razões.

A conselheira explicou que é preciso escolher ao menos os pontos essenciais para ter os documentos aprovados. Segundo ela, o tempo de que se dispõe para dialogar com a relatora, a deputada Manuela e apontar o que é essencial é inferior a um mês. Um destes pontos inegociáveis, na opinião dela é assegurar o compromisso dos municípios e estados na execução da política de juventude.

O vice-presidente do Conjuve e secretário adjunto da Secretaria nacional de Juventude, Danilo Moreira disse que é preciso ter em mente que esta ainda é uma primeira versão do documento e está ainda em tempo de ser entendido por todos. Ele propôs que o tema possa ser aprofundado durante o debate com os conselheiros.

O vice-presidente levantou uma questão para que fosse debatida por todos. “Em comparação com outras políticas mais fortalecidas, o Estatuto sintoniza o momento da PPJ que ainda é organizativo. Este é o tempo correto do andamento dos processos de uma política?”, indagou.

Após a pergunta, os conselheiros passaram a debater o tema. A conselheira Maria Virgínia, perguntou qual seria do ponto de vista do conteúdo, o que é da natureza de um estatuto.

Ela explicou que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), resume anos de aplicação de políticas para crianças e adolescente e não se pode avançar muito no desenho e criar formas para o que ainda não foi experimentado e criar camisas de força.

O secretário-executivo da Secretaria Nacional de Juventude, José Eduardo de Andrade abordou a questão da faixa etária versada no documento. Segundo ele, há uma região de somreamento do jovem adolescente, isto é aquele entre 15 e 18 anos, que está sob a proteção do ECA e os jovens maiores de 18 anos. Perguntou qual a discussão existente na comissão sobre essa temática.

Ele alertou para algumas passagens do Estatuto da Juventude que parece ter havido uma transcrição literal do conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente. O secretário reforçou também a liberdade que o Conjuve tem tido em dialogar sobre o Estatuto da Juventude, por meio da boa relação compactuada

entre o vice-presidente do Conjuve, Danilo Moreira como relatora, a deputada Manuela D'Ávila.

O conselheiro André Ribeiro (DECO) do E-Jovem chamou a atenção sobre as três categorias de jovens citadas no Estatuto da Juventude e ressaltou que o documento não justifica nem substancia a criação dos termos jovem-jovem, jovem adolescente e jovem adulto. Ele lembrou também que apesar de o Estatuto dizer quais as obrigações, mostra as sanções quando os direitos dos jovens não são cumpridos.

O conselheiro reivindicou também a necessidade de o Estatuto versar sobre a imagem da juventude na grande mídia comercial, que reproduz estereótipos negativos e preconceituosos sobre a juventude.

O deputado federal Paulo Henrique Lustosa colocou no ar uma questão importante. Ele questionou se o Estatuto da Juventude deve ser generalista ou detalhista e até onde o texto deveria ir?

Ele informou que a definição do sistema é cabível na natureza de um estatuto, ainda que outras áreas só agora começam a ter um desenho. Ele também questionou se realmente deveria ser revista a divisão da juventude em três categorias já que ao longo do tempo elas não são utilizadas?

Segundo ele, há um temor no setor ligado ao ECA que esta classificação abra espaço para retomar um debate retrógrado em relação a redução da idade penal e laboral. Outro ponto apontado por ele foi a regulamentação da publicidade é muito grande e o estatuto pode não avançar por conta disto.

O conselheiro Fábio Meirelles (Escola de Gente) lembrou que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, ancorado na convenção da ONU, com status de emenda constitucional, está aquém do documento internacional. A mesma relação vale para o Estatuto da Juventude. Fábio afirmou que o estatuto usa o termo portador de deficiência que está em desuso há mais de cinco anos, esta é uma mostra de como o estatuto está desatualizado.

A conselheira Rosilene(Frente Nacional de Prefeitos) alertou que a Defensoria da Juventude não está no Estatuto. A maioria dos jovens não conta com defensorias adequadas.

A conselheira Carla Dalbosco (SENAD/GSI) avaliou que no tema da saúde integral é importante uma revisão dos termos, como p.e., “substâncias entorpecentes” que está em desuso. Segundo ela, o uso de drogas tem mais a ver com a saúde do que com a segurança.

A conselheira Severine Macedo(FETRAF) tratou da questão referente à juventude do campo. Segundo ela, este grupo deve ser tratado numa esfera mais ampla do que apenas a sua inserção no mercado de trabalho. Ela afirmou que o Estatuto

deve trazer para esse grupo outros direitos como: cultura, cidadania e lazer. Segundo ela, a juventude rural não pode ser obrigada a ir para a cidade devido a falta de condições para viver uma vida digna no campo. Ela deve ter todas as condições para viver plenamente a juventude no seu território.

Para a conselheira Daniele Costa, da UBM, deve haver orçamento próprio para a juventude em todas as pastas de políticas públicas. Ela defendeu que o estatuto deve seja bem utilizado nesta atual conjuntura política.

O conselheiro Rui Mesquita (GIFE) indicou que no Capítulo IV do Estatuto da Juventude, há tamanho detalhamento que chega a engessar o funcionamento dos conselhos. Por fim acrescentou que no artigo 20 os jovens estrangeiros não estão contemplados.

A conselheira Daniela Magalhães (Cipó) avaliou que o estatuto se sobrepõe ao Plano da Juventude. Segundo ela deve haver um modo de dividir mais adequadamente, do ponto de vista jurídico. Não se podem tirar coisas polêmicas ao custo de um estatuto que não garante os direitos. Também apontou que o documento não versou sobre comunicação da juventude, sobretudo o direito a comunicação em diálogo com a cultura.

O gestor de juventude do Estado do Paraná, Márcio Carvalho falou sobre as divisões entre adolescente, jovem e adulto. Ele avaliou que se trata apenas de uma ajuda aos gestores para definir alocação de recursos. Também avaliou que o Estatuto da Juventude está muito departamentalizado e que algumas questões que estão no Estatuto devem ter sua redação alterada e poderá ir para o texto do Plano de modo mais generalizado. Segundo o gestor se deve reunir o conjunto da legislação que já existe para comparar com o que dispõe o Estatuto.

No entendimento da conselheira Luciana Martinelli, o conjunto do documento está na contramão do que o conselho vem trabalhando. Ela quis saber qual será o próximo passo para ampliar o debate? Além do mais, ela alertou que a Conferência Nacional de Juventude não é citada no texto, em nenhum momento.

O deputado federal Paulo Henrique Lustosa reconheceu que o Estatuto deve ser atualizado com os termos adequados elencados pelos conselheiros e reconheceu que os consultores legislativos que trabalham no texto não possuem o conhecimento técnico dos conselheiros. Dessa forma, ele informou que é mais do que bem vinda a contribuição de novas terminologias.

Assim, o deputado procurou assimilar a contribuição dos conselheiros e trazer para o debate os seguintes pontos para serem incorporados ao texto do Estatuto:

- Também nota que a pessoa com deficiência não está em todo o texto;
- Além de falta uma defensoria para a juventude;
- A juventude rural e o direito ao território;
- Orçamento jovem;

- A regulamentação conciliada às possibilidades de experimentar;
- Direito a inclusão digital;
- As menções à Conferência Nacional de Juventude.

Em seguida, o deputado esclareceu sobre a natureza dos dois documentos o Plano da Juventude e o Estatuto da Juventude. Segundo ele, o plano deve constar os princípios, objetivos, metas e ações, com os calendários e os prazos. Já o Estatuto deve constar os direitos da juventude.

Segundo ele, a confusão com o Estatuto da Juventude está na regulamentação dos princípios e da sistematização e mais ainda quando ele toca no sistema nacional de juventude. O papel do plano é materializar os direitos e transformá-los em coisas práticas. A idéia da rede é que esta é parte do sistema, para dar suporte ao plano quando esse for executado.

Assegurar que deve diminuir as redundâncias, sendo menos exaustivo no estatuto (que deve ser perene) e detalhando no plano (que deve ser mais efêmero).

O deputado elencou os próximos passos: dia 09 ser votado na comissão, quando tem um Encontro de Jovens Parlamentares em Brasília.

Segundo ele, teoricamente a relatora não tem a obrigação de fazer o que está fazendo, ou seja, falando com todos e incorporando as críticas e sugestões ao seu texto. Ele também disse que sendo a votação dia 02 ou 09 de dezembro, não encerram as possibilidades de melhorar o texto, o ponto principal é aprovar o plano e então fazer as contribuições ao texto. O conselho precisa definir quais “brigas” quer ter.

Sobre a questão da propaganda, da imagem da juventude e da mídia, o deputado defende que haja uma articulação para posicionamentos dos setores representantes da juventude na Conferência Nacional de Comunicação.

O deputado federal finalizou agradecendo o convite para participar do debate e desejou um bom trabalho a todos e retirou-se.

Continuação dos debates sobre o estatuto

O presidente do Conjuve, David Barros retomou os trabalhos na parte da tarde, dando prosseguimento ao debate junto aos conselheiros sobre o Estatuto da Juventude.

A conselheira Magi focou sua intervenção sobre quais os direitos que queremos afirmar. Entre estes há a obrigatoriedade do ensino médio não existe, e não a permanência na escola até certa idade, como é hoje. Quer fortalecer a referencia

da Conferência que aparece de uma forma muito frágil. O caráter dos Conselhos de Juventude, se consultivo ou deliberativo.

Ela alerta por fim que ao estabelecer o fundo sobre gestão do Conjuve tira o foco do Conselho e transforma o órgão em um balcão de projetos

Para o secretário-executivo José Eduardo de Andrade, o problema do Estatuto é que em seu texto há muita coisa do ECA, p.e. capítulo 4, artigo 46. Ele disse ainda que a PEC é consensual e todos estão convencidos de que é necessário uma política específica para a juventude. Entretanto a PEC demarca, mas não diz como vai ser essa política.

E para fechar um consenso definitivo deve-se trabalhar dos 18 aos 29 anos que não conflita com outra legislação que é instituída e é instituinte.

A conselheira Rose considerou que se o conselho vai gerir o Fundo, como o fazer sem ser de caráter deliberativo? Está incoerente. Outra questão polêmica no que tange ao Fundo é que este usa capacitação de recurso por pessoas físicas e jurídicas: isso é bastante polêmico.

O Estatuto, segundo ela cria o Sistema Nacional de Juventude, mas ainda não é pensado para o município, estado e união.

A conselheira Luciana falou de a possibilidade de vincular o funcionamento do Conjuve ao Fundo. Ela apelou para a urgência da intervenção dado o pouco tempo, segundo ela se corre o risco de novamente a peça ficar desatualizada como foi com o Plano.

O presidente do Conjuve, David Barros falou sobre a diferenciação etária, que é importante na garantia de alguns direitos. A estrutura organizativa está no estatuto/sistema. Mas ainda falta determinar qual a estrutura de funcionamento dos Conselhos de Juventude. Assim o mais importante é definir qual é a estrutura mínima para o funcionamento de conselho de juventude.

Ele acrescentou que, seguindo a doutrina da emancipação social, para garantir os direitos complementares dos jovens e adolescentes e sua emancipação para além da proteção social, a fim de garantir a transição das fases da adolescência-juventude, deve-se manter a diferenciação.

O vice-presidente do Conjuve, Danilo Moreira avaliou que ainda há insegurança em relação ao que colocar no texto do Estatuto. Ainda que se tenha a insígnia de “juventude como sujeito de direitos”, deve-se consolidar algo mínimo, com todo o cuidado, sem ir para o imobilismo nem para o pragmatismo de aceitar qualquer texto.

Ele se lembrou da urgência e da oportunidade deste momento político favorável. Infelizmente o campo que quer tencionar com a política de juventude considera o

jovem adolescente como alguém a ser tutelado e não o prepara para a emancipação. Segundo ele, o que vigora é um certo conservadorismo.

A conselheira Daniele defendeu a manutenção apenas do que é fundamental para o Estatuto e para o Plano. O histórico do estatuto aponta pra a educação, trabalho e participação. Além disto, segundo ela, há a obrigatoriedade do ensino médio, e a ampliação dos direitos e deveres do Estado na faixa de sombreamento com o ECA.

O conselheiro Rui reforçou a transformação desta discussão em um documento para que seja entregue formalmente à deputada federal Manuela D'Ávila, para que ela possa apresentar tais contribuições oficialmente ao Congresso Nacional.

O secretário José Eduardo de Andrade afirmou que a rigor não existe doutrina de emancipação social, mas sim de proteção alicerçado em princípios aceitos por toda a sociedade. A vantagem é o diálogo feito por lideranças do Conselho em todas as forcas partidárias. Ele acrescentou que o Governo deveria protagonizar este processo e não o fez.

Ele por fim considerou que o Estatuto tem de ser um texto que realmente seja referência para a Juventude e não um texto tutelar como é o ECA.

Encaminhamentos

O presidente Davi Barros propôs então os seguintes encaminhamentos:

- Solicitar uma audiência com a deputada Manuela, dia 26/11 em Brasília, para debater uma proposta sistematizada;
- Elaborar um texto com a relatoria desta discussão;
- Intensificar o debate com toda a comissão do estatuto.

Segundo ele, todas as demais contribuições devem ser feitas por email para os seguintes endereços eletrônicos: soldf2005@hotmail.com; fabiana123@gmail.com

Participação do Secretário de Políticas Públicas de juventude do município de Fortaleza, Tiago Afonso

Ele apresentou a coordenadoria de juventude que é vinculada ao gabinete da prefeita. Ele disse que acontecem plenárias do Orçamento Participativo da Juventude e que há ainda o Conselho Municipal da Juventude feito para fortalecer o diálogo com secretarias municipais.

Ele falou também do projeto Credijovem no qual os jovens montam seus empreendimentos com 50% a fundo perdido garantido pelo município. Disse ainda que o Projovem Urbano é executado por organismos de juventude.

Complementaridade com a política do ECA, que tem seus motes e as políticas de juventude, idem, mesmo sendo o mesmo público.

Segundo ele, os recursos empregados vão de cinco a 15 mil reais, investido segundo a lógica da economia solidária, cujo objetivo final é que o jovem esteja emancipado. Nestes programas se observa a elevação da escolaridade dos envolvidos e o fortalecimento de uma nova economia.

Ele explicou que o Cuca tem sua gestão feita por meio de uma organização social chamada Instituto Cucas com a orientação política da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Ele disse ainda que o Centro recebe 1500 jovens, a meta é atender a 3500 jovens, sendo um espaço de convivência da juventude.

São distribuídos brindes do IJC.

Dia 10/11

Reunião no Palácio do Governo

Davi, Zé Eduardo, Ismênio, Danilo

O presidente do Conjuve David Barros expôs a agenda e convidou o Gestor de Políticas Públicas de Juventude do Estado do Ceará, Ismênio Bezerra para apresentar as ações de sua gestão.

Antes da apresentação, foi informado o falecimento de Pedro, presidente da União Campineira de Estudantes, o camarada nasceu na militância, reconstruía a Umes e tirava delegados para o Congresso da UBES.

Foi feito um minuto de silêncio para registrar a memória do jovem que faleceu com 17 anos atropelado por um ônibus.

O secretário Nacional de Juventude, Beto Cury teve a palavra e disse que se sentiu satisfeito em estar na reunião do Conselho e que a cidade de Fortaleza o faz se sentir em casa ao rever os amigos.

O secretário Cury explicou que a um ano e dois meses do fim do governo não há mais tempo para inventar. O que há de mais efetivo para ser feito é a integração dos programas e da intersectorialidade que não convive bem com a estrutura do Estado Brasileiro.

Segundo ele, o Governo atual tem que deixar marcas para que os retrocessos não venham com qualquer governo que venha a suceder o atual.

O presidente do Conjuve retomou a palavra, agradeceu e reafirmou para o secretário Cury o interesse do Conjuve de realizar o II Encontro Nacional de Conselhos de Juventude, em março de 2010, junto com a posse do pleno 2010/2011 do Conselho.

Debates

Após a explanação do secretário, ele passou a debater com os conselheiros.

A conselheira Magi da Ação Educativa apresentou duas questões. Primeiro segundo ela, o desafio da intersectorialidade é longa assim como a discussão da dimensão das PPJ no Conjuve, qual a avaliação do Secretário sobre a possibilidade desta estrutura de organização da PPJ, seja ela universal ou específica e como superar este desafio?

Depois ela quis saber como está a Secretaria Nacional de Juventude em termos de estrutura e também quantas pessoas da secretaria estão alocadas no Projovem e como é o processo de contratação das consultorias?

O conselheiro Fábio da Escola de Gente quis saber se nos dados relativos ao atendimento há recorte para a diversidade? Também o que a Conferência mudou no rumo destes programas a partir dos seus resultados?

A conselheira Luciana Martinelli (Aracati) analisou a relação da Secretaria Nacional de Juventude com o Conjuve, como causa dos sucessos do Conjuve e algumas vezes também credita à secretaria os descompassos. Entretanto, na opinião dela ela avaliou que a Secretaria está na direção oposta a do Conselho.

A conselheira Solange Oliveira (Instituto Aliança) disse que os dados dos atendimentos do programa Projovem integrado tem o seu principal problema na integração tanto na ponta quanto na cabeça. O maior exemplo de política integrada, segundo ela é o consórcio social da juventude rural e não há nenhuma menção a este exitoso programa em integração de políticas na ponta. Ele quis saber como o secretário avalia essa situação?

A conselheira Severine informou sobre o “Seminário das Juventudes Partidárias”, promovido pela JPT, UJS, JSB, JSPDT, JPL, dias 27 e 28 de outubro, em Brasília e que contou com forte presença de jovens líderes partidários e cujo documento final e notícia da SNJ.

Sua pergunta foi sobre qual o impacto, se já mensurado, de outros programas universais sobre a juventude e como criar uma lógica de sistema para a política pública de juventude?

O conselheiro Rikário da Rede de Jovens do Nordeste denunciou que o Projovem adolescente virou moeda de troca nos municípios beneficiados e quis saber como a Secretaria lida com estes problemas quando há denúncias?

A conselheira Raquel do Ministério de Desenvolvimento Agrário quis saber como dialogar as diversas ações governamentais presentes em vários ministérios, de modo a fortalecer as atividades ligadas à juventude? Segundo ela, muitos dos jovens são oriundos do consórcio de juventude rural e os dados devem ser casados.

O presidente do Conjuve David Barros perguntou como a Secretaria tem cumprido seu papel na constituição do Sistema Nacional de Juventude? Como o Conjuve pode melhor trabalhar para o controle social e da garantia da política?

O consultor Fábio Meireles, da Escola de Gente perguntou se existirá um corte de orçamento para o Conselho Nacional de Juventude em 2010?

O gestor estadual do Paraná, Márcio Carvalho propôs ao Conselho a realização de um evento internacional, envolvendo países da América Latina, em março de 2010, no Paraná, patrocinado pelo governo do estado.

O conselheiro Péricles manifestou a preocupação da unificação de várias atividades no mesmo período. Como o conselho será proponente em uma atividade e não ser tocada pela Secretaria Nacional de Juventude.

O conselheiro João Vital da UGT registrou em nome das centrais sindicais, a realização da Oficina da REJ e convidou os países do Bloco, a participar do evento que aconteceu entre os dias 18 a 20 de novembro. Ele ressaltou que o fortalecimento do trabalho passa pela integração regional.

Ele também se lembrou da 6ª Marcha da Classe Trabalhadora, em Brasília, pela redução da jornada de trabalho.

A conselheira Solisângela (Sol) do Ministério da Ciência e Tecnologia afirmou que um dos grandes legados que a política de juventude pode deixar é a convergência de ações e a intersectorialidade. O Projovem, como poucos programas, interagiu com tantas pastas da gestão. Ela perguntou o que fica para a sociedade brasileira com um possível governo que não seja progressista?

Ela também convidou todos a participarem da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia.

A conselheira Rose Mendes, da Frente Nacional de Prefeitos reiterou o convite para o lançamento do Fórum Nacional de Gestores, do dia 30 de dezembro a 2 de dezembro de 2009, em Fortaleza.

Ela afirmou que neste período todos os governos estão fechados para balanço, mas que em 2010, ela gostaria que fosse feito um Seminário de Avaliação do Projovem, pois seja qual for a modalidade do programa, ainda são muitas as dificuldades que os municípios encontram na sua implantação.

O presidente do Conjuve, David Barros lembrou que o Conselho Nacional é referência para municípios e estados e que os dois espaços – gestão e participação – sejam fortalecidos para que de fato no processo de transição rumo a uma política de Estado na qual a política de juventude seja vista como estratégica para o desenvolvimento nacional.

O vice-presidente do Conjuve falou sobre as resoluções da Conferência de Juventude. Segundo ele, as deliberações não são tão práticas assim e que algumas questões já encaminhadas como: a aprovação da convenção das pessoas com deficiências; a institucionalização das políticas de meio ambiente ainda não andaram por conta de um pedido dos movimentos.

Sobre a juventude negra, ele destacou o Projeto Farol desenvolvido junto com a SEPPIR e o Ministério da Justiça; ele citou também o Pronasci com recorte forte na área de juventude.

Secretário Beto Cury responde às perguntas

Sobre a integração e a intersetorialidade, o comitê interministerial, segundo ele é uma boa alternativa para integrar melhor os programas.

Sobre a estrutura da Secretaria Nacional de Juventude, ele disse que em fevereiro de 2005 ela contava com 26 pessoas, divididas entre Projovem e as outras políticas de juventude. Ao longo do tempo, alguns DAS vieram do gabinete do ministro. Segundo ele, o grupo de funcionários mais ligado às atividades do ministro, em torno de sete pessoas que tem mais de uma atividade, e sempre desenvolvem trabalhos técnicos políticos.

Ele explicou que há um grupo para suporte formado pelos assessores: Braga, Sinval, Michele, Luciana e as secretárias. Há ainda um grupo de consultores que cuida dos Prodocs com a Unesco para fortalecer as políticas de juventude.

O recorte sobre a diversidade deve ser feito em um novo relatório nos quais os dados sejam trabalhados. Sobre os recortes de território, o secretário reafirma sua importância e pede uma metodologia para a elaboração deste recorte.

Sobre as tensões da relação SNJ e Conjuve, o Secretário crê ser fruto da pequena estrutura da Secretaria conjugado a grande demanda. Segundo ele, a secretaria precisa ser mais estruturada, mais importante do que o status é a estrutura. Ele explicou que a expectativa, dado o momento de fim de governo, para a ampliação da estrutura são unicamente os Prodocs da Unesco.

Ele afirmou que o conselho poderia ter posturas mais duras, mas tem sido maduro, com autonomia, cobrando e sabendo qual o limite de avanços e conquistas.

Segundo ele, nos somos muito cobrados por metas, as vezes a escala é maior e a qualidade acaba sendo menor, isso é uma opção do Programa Juventude Cidadã, por exemplo, que é maior do que o Consórcio da Juventude.

Ele disse que dois milhões de jovens foram beneficiados com a ampliação do Bolsa Família e sobre as denúncias, disse que elas precisam ser feitas, assim que registradas e que serão encaminhadas para o ministério que responsável.

Sobre o evento no Paraná, ele falou que existe a possibilidade dele ser realizado, mas que deve dar a devida atenção ao período. Ele não vê problemas em se fazer muitas atividades em um único mês, mas será impossível realizar este tipo de atividade depois de abril, devido ao período eleitoral.

Ele comentou sobre a oficina da REJ e que o protagonismo do Brasil se deu devido à resistência da Argentina.

Cury alertou que é necessário que todos os avanços conquistados neste período sejam consolidados, pois caso outras forças assumam o governo do país, não haja retrocessos. Ele acrescentou que ainda há possibilidade deste governo garantir o Projovem de 2011, no orçamento elaborado em 2010: é uma estratégia de continuidade do programa

Ele falou sobre o orçamento da secretaria, sendo: 631 milhões de reais para o Projovem, 18 milhões da SNJ, 6 milhões para a participação social e 12 milhões para a SNJ e para o conselho.

O Presidente do Conjuve David Barros tomou a palavra para encerrar o debate e resumiu a atuação desta gestão em algumas ações como o: controle social, fazendo um documento do conselho sobre o Projovem integrado; a aprovação do marco legal da juventude e por fim a consolidação a rede nacional de juventude.

Ele disse que existe ainda uma nova proposta de estrutura do Conselho Nacional de Juventude sendo montada por um grupo de trabalho

Ismênio Bezerra fez um relato sobre diversas ações desenvolvidas pelo Governo do estado do Ceará.

Após pausa os trabalhos reiniciaram à tarde

A conselheira Gerusa (SEDH) expôs a pesquisa do programa de redução da violência letal contra jovens e adolescentes feita pelo laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com participação do professor Inácio Cano.

Houve ainda a apresentação de os resultados finais da pesquisa “Juventude, participação e políticas”, que resultou no livro “Quebrando Mitos”, que apresentou um perfil dos jovens que participaram da 1ª. Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude. A pesquisa foi feita pelas sociólogas, Mirian Abramoway e Mary Garcia Castro da Rede de Informação Tecnológica Latino Americana com o apoio do Conselho Nacional de Juventude.

Material em Anexo.

O secretário executivo da Secretaria Nacional de Juventude, José Eduardo de Andrade fez os agradecimentos finais em nome do Conjuve.

Foi feita a apresentação da Comissão Eleitoral (anexo).
Valério Benfica, Camila Brandão, Magi, Alex Nazaré, Daniela UBM.

Informes finais

Fábio informou da atividade realizada pelo Conjuve, através da Comissão de Comunicação, a Conferência Livre de Juventude e Comunicação.

Ângela disse que a atividade do grupo de trabalho Juventudes Negras adiou a atividade sobre o genocídio contra a juventude negra, assim o encontro aconteceu nos dias 24 e 25 de novembro, em Brasília.

Em 2010 haverá os Fóruns Sociais Mundiais temáticos. No Brasil acontecerá Bahia cujo tema é “Crise, Cultura e Avanço Civilizacional”. Existe uma boa articulação com países africanos, receberá em torno de 15 mil pessoas, de 29 a 21 de jan/2010. As inscrições estão abertas para participantes.

A conselheira Magi informou sobre a atividade do “Seminário Nacional de Políticas para o Ensino Médio”. Lá, se debateu em especial a questão dos jovens como um segmento do ensino médio. O Conjuve tentou organizar e levar diretores da Ubes, mas não foi possível, entretanto ainda há a possibilidade de o Conselho ajudar na realização de um Seminário em BH, durante o congresso da entidade.

O presidente do Conjuve David Barros anunciou o “Encontro Preparatório da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”. Segundo ele, a perspectiva é que haja uma articulação de sociedade civil. O Brasil terá assento no conselho da CPLP. O evento ainda não tem data prevista.

O presidente fez a leitura e aprovou uma moção de repúdio pela ação da Uniban contra a jovem Geise Arruda.

Material Anexo

Encaminhamentos finais:

17 e 18/11 próxima reunião

Divulgação dos resultados após a reunião.

1. Apoio do Conjuve ao Evento Internacional no Estado do Paraná: Fazer um evento em março de 2010 com o Conjuve em parceria com o Governo Estadual com cerca de 500 pessoas de toda a América latina. O apoio do Conjuve é a chancela para o sucesso do evento a ser construído com o governo paranaense e com os outros países.
2. Proposta de grupo de trabalho encontro das juventudes pelas metas do milênio João, Carlos, Daniel, Samoury, Péricles
3. Aprovação do Estatuto da juventude e da PEC da Juventude:
Dia 26 – agenda parlamentar com visitas aos líderes dos partidos.
Dia 27 – dia de trabalho de elaboração de documento sobre o Estatuto.
4. Balanço das prioridades das Conferência: O Conselho e a Secretaria encaminhará uma circular para trabalhar os dados e anunciar as providências.